

EMIGRAÇÃO E POPULAÇÃO AÇORIANA *

por

GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA **

A problemática populacional é hoje tema fundamental, por vezes polémico, quando se pretende analisar ou planejar o futuro de qualquer país ou região. A diversidade de soluções está não só dependente de abordagens científicas específicas como da existência de situações concretas diferenciadas. Com efeito, as características demográficas dos países tecnologicamente mais avançados são completamente diferentes, quando não antagónicas, das observadas em algumas das regiões menos desenvolvidas. Não admira, pois, que a realidades distintas correspondem soluções também distintas, cujo equacionamento nem sempre é perfeitamente entendido.

Todavia, no âmbito deste trabalho pretendemos unicamente apresentar um diagnóstico da situação populacional que actualmente se observa nos Açores, tentando analisar a interveniência de alguns factores demográficos que por ela são responsáveis, particularmente a emigração.

* Adaptação de uma comunicação apresentada na II Semana de Estudos Açorianos na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, Agosto de 1987.

** Professora da Universidade dos Açores.

A interacção do todo social é um facto que não desconhecemos. Entendemos, porém, que uma cabal compreensão da sociedade só é possível através de um conhecimento que tem por base abordagens científicas específicas, situando-se o nosso contributo no âmbito estrito da análise demográfica. Cremos, mesmo, que foi a falta de uma análise mais profunda, porque particular que, num passado relativamente próximo (porventura até presente), não permitiu um correcto equacionamento da questão populacional açoriana.

Esta tem sido considerada, fundamentalmente, nas suas vertentes económicas e sociais e em períodos bem delimitados impedindo, por um lado, uma visão de longo prazo e, por outro, a responsabilidade de cada uma das variáveis demográficas. Embora estas reflectam comportamentos individuais em ambientes sociais específicos, devem ser, em nosso entender, analisadas também isoladamente por forma a que se torne explícita a sua correlação o que, obviamente, não põe em causa a sua inserção em contextos vários, mais alargados.

A demografia no seu sentido mais restrito, ou seja, a análise demográfica, tem sido pouco utilizada no estudo da população açoriana.

Estudos demográficos mais específicos, nomeadamente abordagens microanalíticas não encontram, assim, o suporte que lhes permita o enquadramento necessário à sua realização.

O fenómeno migratório e nomeadamente a emigração que há muitos anos se processa no arquipélago — adquire ao longo dos séculos uma permanência relevante, que pensamos por vezes ser mais significativa na evolução da população do que as variáveis responsáveis pelo movimento natural, ou seja, a natalidade e a mortalidade. Neste contexto, a emigração surge como elemento primordial, pelo que lhe dedicamos uma atenção particular.

A emigração açoriana para o Brasil e as suas implicações tanto na origem como no destino são um campo de estudo fundamental. No entanto, pretendemos analisar aqui o passado recente, mais directamente relacionado com a situação presente.

Tal não significa que a emigração de períodos anteriores, particularmente dos séculos XVIII e XIX, não exerça a sua influência na realidade actual. No entanto, a sua intervenção surge de um modo indirecto, fundamentalmente visível na caracterização dos aspectos globais verificados no início deste século.

A realização de um estudo demográfico mais profundo respeitante a períodos mais recuados, que urge efectivar, encontra a sua principal dificuldade na obtenção dos dados e sua qualidade. Naquelas épocas o simples conhecimento do montante global da população era bastante difícil não só para os Açores como para a generalidade do País. Baseiam-se fundamentalmente em informações provenientes dos registos paroquiais, encontrando-se ainda alguns estudos ou simples contagens elaborados com outros objectivos nomeadamente militares mas que têm um carácter pontual e não uma periodicidade sistemática.

Estudar demograficamente os Açores é observar nove realidades distintas, pelo que a caracterização populacional da região passa em nosso entender, antes de mais, pela análise de cada uma das ilhas que compõem o arquipélago.

Este aspecto que reputamos fundamental para a compreensão da realidade açoriana, foi durante muitos anos completamente negligenciado, pelo menos no que respeita a estudos de carácter demográfico. Ainda hoje é frequente falar-se da evolução do número de habitantes, do envelhecimento populacional, da natalidade ou da emigração da região, sem atender a que estes vários factores macro e microdemográficos apresentam características nem sempre similares, e nalguns casos perfeitamente divergentes, entre as ilhas.

A existência de volumes populacionais tão diversos sempre inferior ao milhar ou da ordem das centenas de milhar observadas, respectivamente, no Corvo e em S. Miguel, são principalmente consequência de dimensões físicas bastante distintas — 17 km² no primeiro caso e 747 km² no segundo. Mas estes diferentes volumes, perfeitamente compreensíveis quando relacionados com as respectivas áreas, representam ainda pressões demográficas diferenciadas quer estática quer dinamicamente. Com efeito, se analisarmos a evolução da população açoriana durante os oito decénios deste século, verifica-se que são as ilhas de maior dimensão e mais densamente povoadas as que registam, progressivamente, uma maior concentração populacional. As mais pequenas ou menos densamente povoadas, perdem habitantes a um ritmo cada vez mais intenso, como se pode verificar no quadro seguinte:

Volumes e densidade populacional nos anos de 1900 e 1981

| V. D. Pop. | Volume | Densidade | Volume | Densidade | Área |
|-------------|---------|-----------|---------|-----------|--------------------|
| Ilhas | 1900 | 1900 | 1981 | 1981 | (km ²) |
| Santa Maria | 6 386 | 65,2 | 6 388 | 65,2 | 97 |
| S. Miguel | 121 340 | 159,8 | 132 326 | 174,2 | 747 |
| Terceira | 48 770 | 127,7 | 59 204 | 155,0 | 382 |
| Graciosa | 8 385 | 136,0 | 5 373 | 87,1 | 61 |
| S. Jorge | 16 177 | 65,7 | 10 255 | 41,6 | 246 |
| Pico | 24 028 | 53,8 | 15 224 | 34,1 | 448 |
| Faial | 22 262 | 128,4 | 15 563 | 89,7 | 173 |
| Flores | 8 137 | 56,9 | 4 393 | 30,7 | 142 |
| Corvo | 806 | 47,1 | 375 | 21,9 | 17 |

Mas as diferentes densidades populacionais não são característica única deste século. Já anteriormente, em meados do séc. XIX¹, pudemos observar diferenças que, nalguns casos, se apresentam similares às actualmente existentes. Com efeito, os principais aspectos que hoje distinguem as várias parcelas do arquipélago, são visíveis já naquela época, pelo menos em algumas ilhas.

Assim, só um conhecimento da evolução populacional de cada uma delas e da tendência dos vários fenómenos demográficos, permitirá o entrosamento com outras áreas temáticas e a compreensão da problemática populacional deste século, principalmente nos anos iniciais.

A consideração das ilhas como unidades de análise e a importância da demografia é hoje defendida por vários autores. Em José Guilherme Reis Leite, no trabalho sobre a emigração clandestina dos Açores para o Brasil no séc. XIX, pode ler-se: «Outra das linhas fundamentais para compreender a emigração açoriana, aliás como a europeia, é uma atenta observação à demografia. Em relação aos Açores pouco se tem estudado este fenómeno, ainda que haja muitas fontes desaproveitadas que urge coligir, organizar e sobre elas reflectir, para se compreender como evoluiu, a partir da segunda metade do séc. XVIII a população das ilhas. Convem ter em conta que os estudos demográficos nos Açores, para serem realmente úteis e reveladores, devem preocupar-se com a população por ilhas...»².

Mas se a evolução do volume populacional é um aspecto importante para o conhecimento demográfico de

¹ Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «A população dos Açores no ano de 1849», in *Arquipélago*, n.º especial, Ponta Delgada, Ed. Universidade dos Açores, 1983.

² José Guilherme Reis Leite, «Emigração clandestina dos Açores para o Brasil no séc. XIX», II Congresso das Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo, 1986.

uma sociedade, a estrutura etária e por sexo torna-se essencial, já que condicionante ao dinamismo presente e futuro desta mesma sociedade.

Ao observarmos a pirâmide de idades da globalidade da região verifica-se que a base é relativamente larga, característica de uma população jovem, e que o desequilíbrio faz-se sentir principalmente na «deficiência» de população em idade activa de ambos os sexos.

Analisando agora a situação registada em cada uma das ilhas podemos facilmente constatar situações bem diferenciadas.

Santa Maria tem falhas consideráveis em vários grupos de idade, nomeadamente nos activos, mas é uma população jovem, apesar de ser já significativo o peso relativo dos níveis etários mais elevados.

São Miguel é uma ilha bastante jovem, cujo desequilíbrio praticamente só se faz sentir nos grupos com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos, não obstante a relação entre os sexos ser, nos mais idosos, também um aspecto a relevar, já que as mulheres registam um quantitativo significativamente mais elevado que os homens.

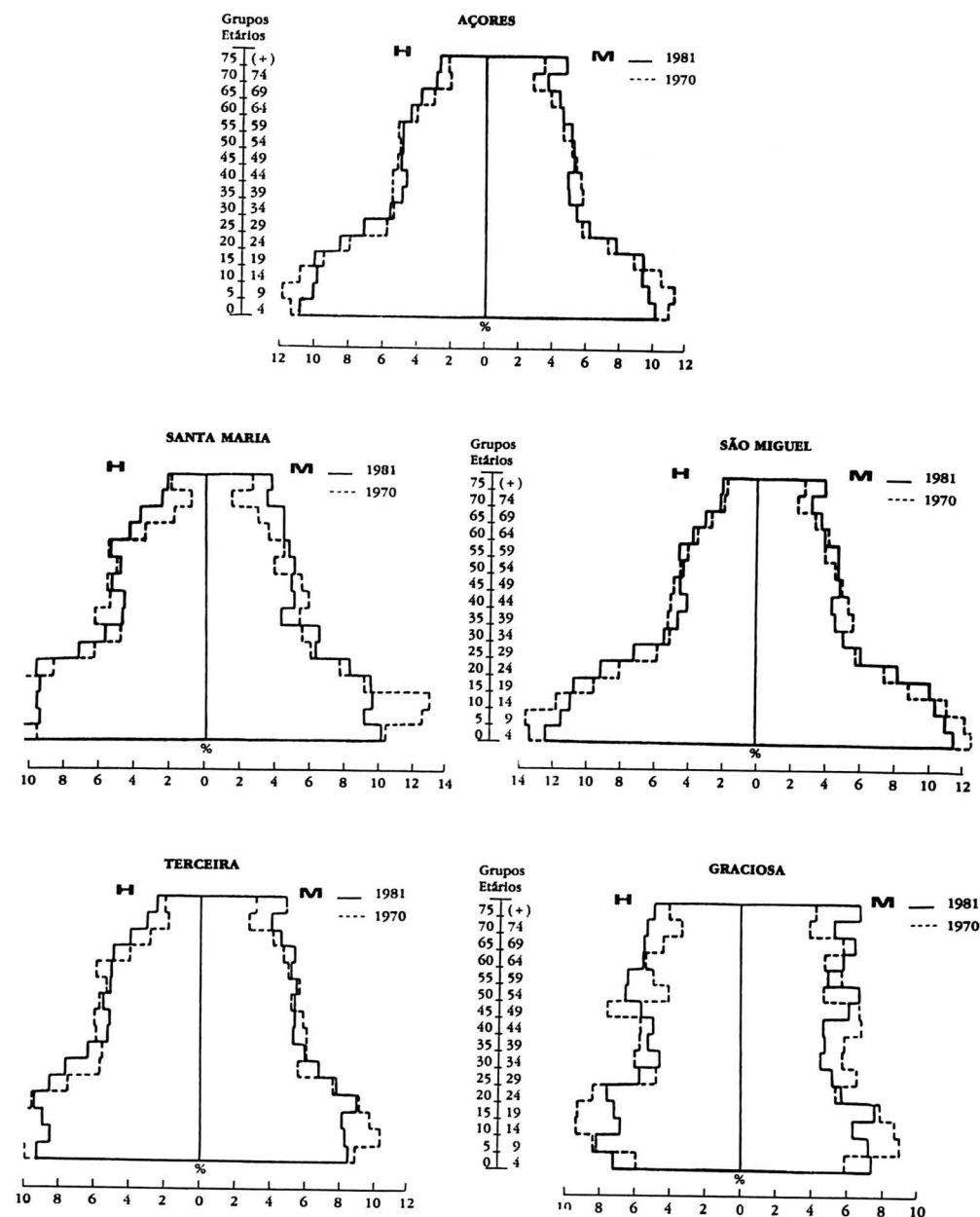
A Terceira apresenta já uma configuração mais envelhecida, principalmente na base, com uma menor preponderância de jovens.

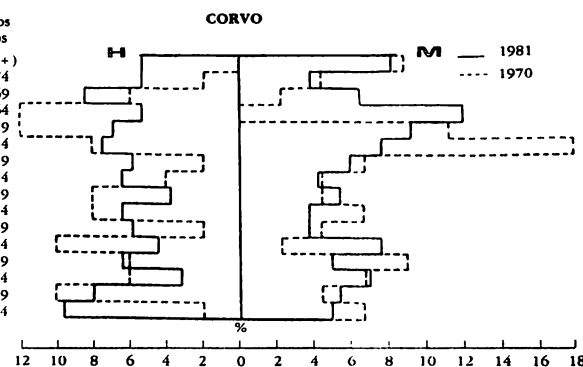
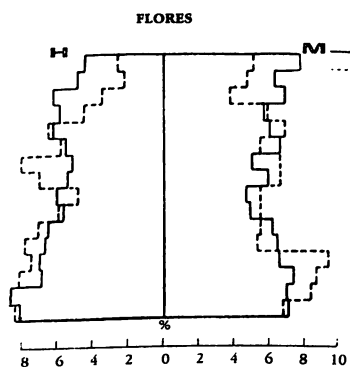
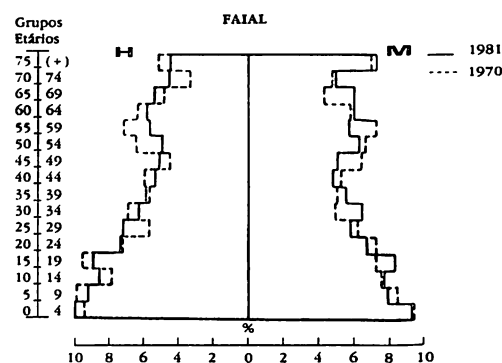
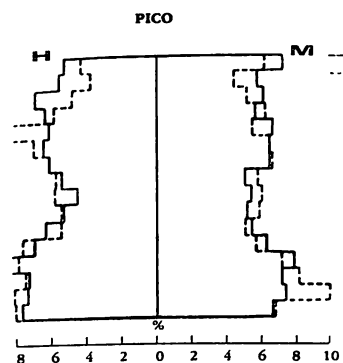
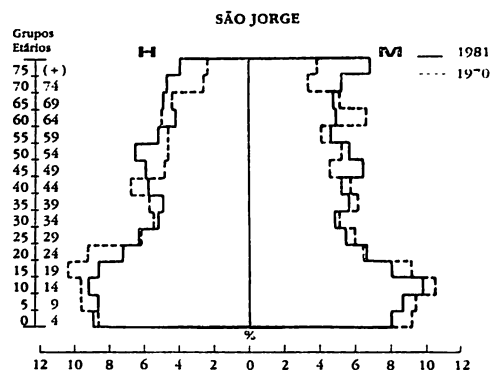
O afunilamento da base assim como o alargamento do topo observado na Graciosa, fazem com que o gráfico se afaste bastante do modelo de equilíbrio, sendo representativo de uma população duplamente envelhecida, ou seja, envelhecida na base por «deficiência» de jovens e envelhecida no topo por «excesso» de velhos.

São Jorge distingue-se da Graciosa por apresentar características menos acentuadas, enquanto que no Pico e nas Flores o envelhecimento é semelhante ao desta ilha.

Quanto ao Corvo, onde a singularidade da pirâmide de idades se justifica em parte pela pequenez dos efectivos — menos de 400 em 1981 —, o envelhecimento populacional

EMIGRAÇÃO E POPULAÇÃO AÇORIANA





atinge tal expressividade que os jovens são em número inferior aos idosos.

Atendendo a que é em S. Miguel que se centra mais de metade da população do arquipélago, analisar a população global da região é fazer interferir preponderantemente as características desta ilha, que verificamos ser bastante diferenciada das restantes, nomeadamente da Graciosa, Pico, Flores e Corvo. A população açoriana é demograficamente jovem — uma realidade que esconde o duplo envelhecimento de metade das ilhas que compõem o arquipélago.

A importância da emigração na evolução da população açoriana não é recente, nem a sua consideração assunto novo. Desde sempre encontramos vozes discordantes ou a favor sendo, explícita ou implicitamente, o desenvolvimento económico e social o objectivo a atingir. Considera-se no primeiro caso a insuficiência de mão de obra e no segundo a forte pressão demográfica como as principais causas impeditivas à sua prossecução.

Já nos finais do séc. XVIII João Leite de Chaves e Melo Borba Gato, sargento-mor que se encontrava em S. Miguel dirigindo as obras de reedificação do Castelo de S. Brás, elabora um mapa da população desta ilha, onde apresenta os efectivos populacionais das várias freguesias nos anos de 1793, 1794 e 1795, confrontando ainda com as existentes em 1723 e 1772. Tendo em conta as características da natalidade e da mortalidade, estima que a emigração era a principal responsável pelo acentuado declínio populacional observado no último quartel do século — da ordem dos 10%³.

³ Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Gaspar Rodrigues, «População, Economia e Sociedade Micaelense nos fins do séc. XVIII: o mapa da população de João Leite Chaves e Melo Borba Gato», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV - 1987, Angra do Heroísmo, 1988.

O seu estudo, que visava chamar a atenção para a administração real das ilhas, pretendia sobretudo quantificar a emigração de modo a justificar a suspensão da saída de tão elevados contingentes populacionais, principalmente jovens que deveriam incorporar o exército real.

Apesar de a qualidade dos dados ser naquela época um aspecto a que temos de dar particular atenção, já que não se dispunha dos meios de comunicação e enumeração hoje verificados, o estudo parece-nos bastante importante (não nos esqueçamos que é realizado numa época pré-estatística e pré-demográfica), e atendendo aos dados disponíveis muito bem realizado.

Nós, pela nossa parte, e como já referimos, vamos analisar algumas das características do movimento migratório, observado durante o período de 1900 a 1981, mais directamente relacionadas com a evolução da população de cada uma das ilhas.

A periodicidade verificada nas tendências das curvas de evolução do número total de habitantes e da emigração coincide em todas as ilhas, mas em sentido inverso. Com efeito, à diminuição populacional registada entre 1900 e 1920 corresponde um aumento do volume de emigrantes; o acréscimo registado entre 1920 e 1950, dá-se justamente nos anos em que a emigração é praticamente inexistente ou apresenta valores significativamente baixos; o acentuado declínio da população dos anos de 1950 a 1981 surge simultaneamente com a mais expressiva corrente migratória deste século.

Verifica-se que são as ilhas de maior emigração as que têm as estruturas populacionais mais jovens enquanto que as com valores mais baixos têm as estruturas mais envelhecidas, situações perfeitamente exemplificadas por S. Miguel e Pico, respectivamente. Assim, não parece ser o volume migratório a causa principal da diversidade encontrada.

Sendo a idade e o sexo as variáveis que definem a estrutura populacional, analisemos o seu comportamento no fenómeno em questão.

No estudo das migrações existe uma regra que não sofre excepção qualquer que seja a época, o país ou o ponto de vista em que nos situamos — são os jovens os que apresentam maior mobilidade. Outra constatação, esta já enquadrada fundamentalmente nos grandes movimentos transoceânicos do séc. XIX e XX, é que os homens migram mais do que as mulheres. Nesta, porém, verificam-se algumas excepções, aspecto que embora não sendo o único, contribui para diferenciar os movimentos migratórios de Portugal continental e insular, principalmente o grande fluxo de saída registado a partir de 1960.

É, pois, perfeitamente compreensível que se observe nos Açores uma emigração mais acentuada nos grupos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. No entanto, a preponderância deste ou daquele grupo varia não só entre as ilhas como ao longo do tempo.

Se analisarmos o efeito da mobilidade, onde a emigração é a componente mais significativa mas não a única — já que as migrações internas e o retorno existem — e compararmos as estruturas populacionais observadas em cada um dos recenseamentos e as que existiriam se a população estivesse sujeita unicamente aos fenómenos do movimento natural, verificamos que o movimento migratório contribui decisivamente para um menor peso relativo dos activos, principalmente nas ilhas Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo.

Esta não é, todavia, a única interferência já que se assiste, também, a um rejuvenescimento na base, significativo em S. Jorge, Faial, Flores e Corvo no que respeita aos anos iniciais e em Santa Maria, Graciosa, S. Jorge e Pico nas últimas duas décadas, ou seja entre 1960 e 1980. Por outro lado o acentuado envelhecimento no topo observado na Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo apresenta

diferenças mais marcantes do que as verificadas nos outros grupos de idade.

Assim, a emigração, que caracteriza os períodos de 1900-1920 e 1950-1980, faz com que algumas ilhas se diferenciem das demais por um maior rejuvenescimento na base que é inferior, no entanto, quer ao envelhecimento no topo quer à falta de activos. É, aliás, a preponderância destes que conduz a esta situação que tem por base uma análise relativa, aspecto que a seguir abordaremos.

Nos anos de 1920 a 1950, em que a mobilidade é bastante menor, as diferenças entre as duas estruturas são pouco significativas, assistindo-se também a um envelhecimento no topo e a uma falta de activos mais relevante nas ilhas anteriormente citadas — Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo. Neste período, assim como no anterior, o acréscimo verificado na população mais idosa é visível não só em termos relativos como absolutos.

Consideramos pertinente esta análise que põe em confronto dois estados estruturais diferenciados pelo movimento migratório. A repartição etária da população surge mais ou menos equilibrada e permite uma comparação quer em termos estáticos quer dinâmicos. Pudemos verificar os efeitos diferenciais entre as ilhas assim como a tendência geral ao longo do tempo, que se apresenta similar. Permite confrontar, ainda, unidades de análise — como são as ilhas — de quantitativos perfeitamente distintos.

No entanto, porque é uma análise relativa e com cortes sucessivos no tempo — de um recenseamento a outro recenseamento — não permite compreender a totalidade da problemática em questão. A excessiva perda de população em idade activa conduz logicamente a uma preponderância percentual dos dois outros grupos em questão — os jovens e os velhos.

Com efeito, verifica-se uma diminuição de jovens em praticamente todas as ilhas (cuja preponderância vimos

na análise anterior) assim como comportamentos distintos no que respeita ao grupo dos mais idosos.

Tanto de 1900 a 1920 como desta última data até 1950 a maioria das ilhas registam um «excesso» de velhos que julgamos compreensível pelo retorno. Esta é uma realidade que só encontra excepção em S. Miguel que sempre regista saídas populacionais em todos os grupos de idade. Este fenómeno atinge maior expressividade nas ilhas Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo. Santa Maria e Terceira, por outro lado, viram compensadas estas entradas pelo aumento de elementos em idade activa nas décadas de quarenta e cinquenta relacionadas com as construções dos aeroportos e bases militares. S. Jorge apresenta também uma entrada de jovens e de activos na década de trinta, o que de certo modo permite equilibrar a sua estrutura populacional.

S. Miguel — uma ilha jovem — apresenta ao longo deste século um dos mais elevados movimentos emigratórios da região. Todavia, a sua mobilidade, nomeadamente a que respeita aos fluxos de saída, faz-se em todos os grupos de idade, situação que só podemos observar nas outras ilhas nos anos mais recentes. Mais, a importância do diferencial no grupo em idade activa mais jovem (entre os 20 e os 40 anos) é comparativamente menor.

A Graciosa, o Pico, as Flores e o Corvo — as ilhas mais envelhecidas — nem sempre registam uma emigração mais acentuada, mas, não só têm uma saída de activos e jovens particularmente elevada em todo o período, como uma entrada, por vezes significativa, de velhos e activos menos jovens.

Assim, pensamos que a corrente emigratória do período de 1950-1981, particularmente intensa entre 1965 e 1975, que se caracteriza por ser uma emigração familiar, principalmente dos mais jovens, mas que encontra expressão em todos os níveis etários, contribui decisivamente para um forte declínio populacional em todas as ilhas. Ela é

também responsável pelo envelhecimento observado de um modo particular no Pico, na Graciosa, nas Flores e no Corvo, mas não pode ser analisada isoladamente se pretendermos compreender a situação actual. Esta é, ainda, consequência das características da mobilidade populacional das décadas anteriores.

A saída de pessoas em idade activa compromete não só o equilíbrio dos anos em que esta se verifica como também a futura renovação das gerações, e como tal o equilíbrio dos anos subsequentes. É esta visão de longo prazo, que caracteriza a análise demográfica, que julgamos ter sido muitas vezes negligenciada ao abordar-se a problemática migratória do arquipélago.

Na diferenciação da preponderância do volume migratório por idades encontramos, pelo menos em parte, elementos justificativos para a compreensão da situação demográfica actual.

Não foi nosso objectivo estudar as causas nem tão pouco fazer uma análise comparativa entre as vantagens e desvantagens do processo emigratório, como desde o início referimos. No entanto, antes de finalizarmos, gostaríamos de uma vez mais salientar a sua importância no equacionamento da problemática numa região que, actualmente, apresenta características tão diversas.

Já não se trata unicamente de ver a contribuição da emigração para a desigualdade patenteada nas variáveis macrodemográficas, nomeadamente a estrutura populacional, mas considerá-las também como ponto de partida para a definição, ou pelo menos consciencialização, de uma política de população.

A acuidade desta questão adquire maior pertinência quando um arquipélago com nove ilhas tem mais de metade da sua população numa única, precisamente aquela que apresenta características mais diferenciadas das restantes.

Acresce-se ainda as alterações sócio-económicas que o arquipélago tem registado nos últimos anos. Assistimos, com efeito, a uma notável tercearização da economia, que se fez fundamentalmente através do decréscimo da população do sector primário, e da entrada da mulher no trabalho, aspectos que podem conduzir a situações propícias de uma intensificação da emigração.

A permanência estrutural que esta variável tem na nossa região, com o estabelecimento de laços de comunicação, porventura hoje uma das principais causas da sua continuidade, devem ser inseridas no fenómeno mais global da mobilidade que caracteriza o mundo actual.

As vantagens económicas como a resolução do desemprego, o aumento das exportações, a remessa de emigrantes, os benefícios habitacionais ou em actividades económicas dos que pensam regressar numa idade avançada, devem ser percebidos conjuntamente, e entre outros, com os custos educacionais anteriores à entrada na idade activa e o equilíbrio demográfico do arquipélago no seu todo.

O conhecimento da realidade populacional de cada ilha parece-nos não só imprescindível para a compreensão do passado, como ponto de partida para o desenvolvimento de um arquipélago que se tem de assumir plural.